O PAPEL DA AGROECOLOGIA NA LUTA DE CLASSES: PRÁXIS ORGANIZACIONAL E RESISTÊNCIA CAMPONESA[1]

GIOVANA ISABELI DOMINGOS OLIVEIRA[1];
ISABELA NARCELHA ABREU[2]
HENRIQUE ALMEIDA DE QUEIROZ[3]
PEDRO HENRIQUE BARBOSA DE ABREU[4]

[1]Graduanda em Economia pela UFJF - campus Governador Valadares – giovana.oliveira@estudante.ufjf.br
[2]Graduanda em Direito pela UFJF - campus Governador Valadares – isabela.narcelha@estudante.ufjf.br
[3]Professor do Departamento de Administração da UFJF - campus Governador Valadares – henrique.queiroz@ufjf.br
[4]Professor do Departamento de de Medicina de Família, Saúde Mental e Coletiva da UFOP – pedro.abreu@ufop.edu.br

CONTEXTUALIZAÇÃO

A agroecologia, no atual estágio do capitalismo agrário, transcende a mera adoção de práticas agrícolas ecologicamente sustentáveis para se afirmar como a base material de uma nova economia política e uma categoria central na luta de classes. Sob a ótica dos Estudos Organizacionais Críticos, as organizações sociais do campo são espaços de resistência econômica e política contra a hegemonia do agronegócio, que representa a face agrária do capital financeirizado. A economia capitalista, pautada na lógica da acumulação infinita e na primazia do "valor de troca", trata a terra e os alimentos como meras mercadorias (*commodities*). Essa dinâmica econômica predatória gera o que Foster (2005) denomina de "ruptura metabólica" — uma fratura profunda na interação orgânica entre a humanidade e o meio biofísico, resultante do roubo de tempo e dos nutrientes da terra pelo modelo de produção focado unicamente no lucro (GLAESER, 2024; MARX, 2011).

Nesse cenário, a agroecologia emerge como uma resposta direta da economia camponesa para reparar essa ruptura (SAITO, 2023). Ao deslocar a prioridade da produção do valor de troca para o "valor de uso", a agroecologia materializa a luta de classes: ela contrapõe a economia excludente da Revolução Verde — que aliena o trabalhador e o subordina a pacotes tecnológicos e sementes patenteadas (SHIVA,2003) — à defesa irrestrita da soberania alimentar. O embate central no campo brasileiro é, portanto, um conflito de classe entre a superexploração capitalista (MARINI, 1981) e um modo de produção voltado para a reprodução da vida e a gestão dos bens comuns (ALTIERI, 1989).

Historicamente, essa resposta organizacional produtiva consolidou-se através da disseminação da metodologia Camponês a Camponês (CaC). Originada na década de 1970 na América Central, essa estratégia surgiu como uma forma de resistência camponesa à exclusão tecnológica e à dependência de insumos externos (HOLT-GIMÉNEZ,2006). O modelo CaC encontrou seu ápice de massificação em Cuba durante o chamado "Período Especial", na década de 1990. Com o colapso do bloco soviético e o endurecimento do bloqueio econômico, o Estado cubano, em parceria com a ANAP (Associação Nacional de Pequenos

[1] Esta pesquisa foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) (Processo nº APQ-05379-23). Os autores agradecem pelo apoio financeiro e bolsas concedidas.

Agricultores), institucionalizou o CaC como a principal ferramenta para converter uma agricultura dependente de petroquímicos em um sistema agroecológico de base nacional (SOSA et al., 2011).

Em apenas uma década, a experiência cubana demonstrou que a horizontalidade na troca de saberes e a autogestão camponesa permitem a reprodução da vida fora das amarras do mercado transnacional. Esse precedente histórico é fundamental para os Estudos Organizacionais Críticos, pois evidencia que a agroecologia não é apenas um nicho técnico, mas uma estratégia de soberania alimentar que escala através da organização social (ROSSET; MARTÍNEZ-TORRES, 2012). Ao confrontar diretamente a alienação imposta pela Revolução Verde, o modelo CaC materializa a luta de classes ao devolver ao trabalhador o controle sobre o processo produtivo, garantindo que o cultivo da terra permaneça focado no valor de uso e no fortalecimento das comunidades camponesas.

No cenário brasileiro, essa práxis ganha contornos específicos em Minas Gerais. Em solo mineiro, a aplicação do CaC responde às pressões históricas do agronegócio e da mineração, que aprofundam a ruptura metabólica regional. A pesquisa investiga como grupos de agricultores familiares e movimentos sociais em Minas Gerais têm adaptado a metodologia para fortalecer circuitos locais de comercialização. Ao observar o CaC em Minas, percebe-se que a metodologia não apenas promove a viabilidade produtiva, mas atua como um núcleo de resistência organizacional que devolve ao camponês o controle sobre o seu processo de trabalho. Assim, a experiência local dialoga com o legado cubano, reafirmando que a soberania alimentar em Minas Gerais é uma conquista direta da luta de classes materializada no intercâmbio de saberes e na autogestão do território.

OBJETIVOS

Este estudo analisa a agroecologia como estratégia de luta de classe e antítese organizacional ao agronegócio. Objetiva-se investigar como a metodologia Camponês a Camponês (CaC) atua como dispositivo de desalienação do trabalho e reparação da ruptura metabólica, promovendo a autonomia política e econômica das comunidades (MARX, 2011;SOSA et al., 2012).

Adicionalmente, discute-se, sob a lente de Pachukanis (2017), os riscos da institucionalização da agroecologia pelo Estado burguês, avaliando se a inserção em políticas públicas fortalece a resistência camponesa ou se promove a captura desta práxis pela forma jurídica e mercantil, reduzindo-a a um apêndice da Revolução Verde.

METODOLOGIA

A metodologia que orienta a práxis transformadora deste estudo é o método “Camponês a Camponês (CaC)”, compreendido aqui não apenas como uma ferramenta de transferência de conhecimento técnico, mas como uma tecnologia social de organização política. Enquanto a extensão rural capitalista opera de forma vertical, tecnocrática e impositiva (visando a subordinação do camponês aos interesses da indústria química), o CaC fundamenta-se na horizontalidade e na premissa de que o camponês é o sujeito de sua própria história (SOSA et al.,2011).

No âmbito deste projeto, a metodologia foi aplicada em assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) em Minas Gerais, estruturando-se em torno da formação e atuação de promotores e facilitadores, figuras centrais na engenharia organizacional do CaC. O promotor é a camponesa ou o camponês que, em sua própria unidade produtiva, implementa inovações agroecológicas e obtém resultados concretos,

tornando-se uma referência para a comunidade; ele é o "intelectual orgânico" da terra, que ensina a partir da prática e da identidade compartilhada de classe (GRAMSCI, 1979). Já o facilitador atua como um mediador do processo pedagógico e organizativo, sendo responsável por conectar os promotores, organizar os intercâmbios e garantir que a comunicação flua de maneira horizontal, impedindo a reprodução de lógicas autoritárias de saber. A importância dessas figuras reside na ruptura com o modelo de "especialista externo": aqui, o conhecimento é validado pelos pares, o que gera uma alta capacidade de multiplicação e massificação da agroecologia. Essa estrutura organizacional permite que o movimento sustente sua própria transição produtiva de forma autônoma, transformando cada lote em um polo de experimentação e resistência política.

Para viabilizar a análise qualitativa desta práxis, os encontros foram registrados mediante gravações em áudio, com anuência prévia dos participantes. A escolha pela transcrição integral da oralidade camponesa permitindo sistematizar como dados de pesquisa é, em si, um ato de resistência organizacional. Ao sistematizar o saber verbalizado como dado científico, o trabalho confronta a hegemonia do conhecimento clássico-acadêmico e valida a experiência vivida como fonte legítima de teoria. Esta sistematização permite observar como a consciência de classe é forjada no diálogo cotidiano, revelando a agroecologia como uma estratégia de luta de classes.

Posteriormente, o corpo textual será submetido à Análise de Conteúdo Crítica, fundamentada na dialética marxista. Este método justifica-se pela necessidade de identificar, para além da superfície do discurso, as categorias de resistência, as contradições do trabalho e as evidências da consciência de classe em formação. Os dados serão organizados em núcleos de significação que confrontam a lógica do capital (valor de troca) com a lógica da vida (valor de uso). A finalidade deste tratamento é realizar a sistematização da experiência, transformando o saber verbalizado deste tratamento é realizar a sistematização da experiência, transformando o saber verbalizado em categorias analíticsa que validam a agroecologia não apenas como técnica, mas como organização social autônoma e ferramenta de luta contra a subordinação real do trabalho ao capital.

RESULTADOS/RESULTADOS ESPERADOS

A análise dos resultados esperados parciais em Minas Gerais, quando iluminada pela "introdução" aos Grundrisse (2011), demonstra que a relação entre indústria e a agricultura capitalista faz com a última atua como um sistema coordenado e subjacente à primeira: "todo progresso da agricultura capitalista é um progresso na arte de saquear não só o trabalhador, mas também o solo, pois cada progresso alcançado no aumento da fertilidade do solo por certo período é ao mesmo tempo um progresso no esgotamento das fontes duradouras dessa fertilidade" (MARX, 2013, p. 573, grifos nossos). Marx argumenta que produção, distribuição, troca e consumo não são identidades isoladas, mas membros de uma totalidade onde a produção é o momento predominante que determina as demais esferas. No agronegócio mineiro, a produção é configurada para o mercado global (valor de troca), o que impõe uma distribuição desigual e uma troca baseada na expropriação.

Observou-se que a metodologia Camponês a Camponês (CaC) busca romper com essa determinação burguesa ao reconfigurar o momento da produção a partir das necessidades da vida (valor de uso). Ao fazê-lo, a agroecologia altera a distribuição (o controle dos meios de produção, como a terra e a semente, retorna ao camponês) e o consumo (soberania alimentar). Em Minas Gerais, os intercâmbios de saberes nos assentamentos do MST funcionam como o que Marx define como a "apropriação da natureza pelo indivíduo no interior de uma forma

determinada da sociedade" (MARX, 2011). Enquanto o capital impõe uma forma de apropriação predatória (mineração e latifúndio), o CaC organiza uma apropriação coletiva e regenerativa.

Contudo, a tensão com a "forma jurídica" ganha contornos mais nítidos através da dialética de Marx: a institucionalização via políticas como o PNAE tenta forçar a agroecologia a se adequar à esfera de troca mercantil pura. O Estado burguês atua para que a produção agroecológica entre no mercado como uma mercadoria isolada, sujeita a normativas que privilegiam a circulação de valor. O risco detectado na pesquisa em Minas é o de que a agroecologia seja absorvida como um momento de reprodução do capital (PACHUKANIS, 2017), caso não mantenha sua autonomia organizacional. A práxis do CaC, portanto, demonstra ser o dispositivo que preserva o caráter de totalidade social da agroecologia, garantindo que a produção permaneça orientada pela lógica do comum e pela reparação do metabolismo entre homem e terra, resistindo à fragmentação imposta pela economia política clássica.

CONCLUSÕES

A análise realizada reforça que a agroecologia não é um campo neutro, mas um território de disputa onde a lógica do capital colide frontalmente com a reprodução da vida. Para compreender essa tensão, é fundamental retomar a crítica da economia política de Karl Marx, especificamente no que tange à norma jurídica abstrata do trabalho e da natureza ao capital. No cenário contemporâneo, essa integração manifesta-se através da ruptura metabólica, onde o agronegócio opera como um mecanismo de expropriação sistemática dos ciclos biológicos em prol da acumulação infinita de capital.

Nesse sentido, o lugar da agroecologia na luta de classes exige o entendimento de que a gestão do campo não pode ser subjugada à lógica da acumulação e da forma jurídica mercantil. A contribuição de Evguiéni Pachukanis torna-se aqui indispensável para alertar sobre os riscos da institucionalização estatal. Ao compreendermos que a "forma jurídica" é o reflexo da forma-mercadoria, percebe-se que as políticas públicas, embora tragam avanços materiais, trazem consigo o perigo de converter a resistência coletiva camponesa na figura individualizada do "empreendedor", um sujeito de direito funcional ao capitalismo, moldado para operar dentro da lógica de circulação e esvaziado de seu potencial revolucionário.

Portanto, a reparação dessa fratura metabólica só é possível através de uma práxis organizacional que recupere o valor de uso e a autogestão camponesa.

A centralidade da metodologia "Camponês a Camponês" (CaC) revela-se imperativa nesse processo. Como demonstrado pela experiência histórica de massificação em Cuba, o CaC é o que garante a autonomia das organizações sociais e evita a cooptação da agroecologia pelas lógicas de mercado. Ao focar no valor de uso e na soberania alimentar, essa metodologia assegura que o conhecimento e o controle produtivo permaneçam sob o domínio das classes subalternas, fortalecendo organizações sociais comunais e decrescentes.

Para o campo dos Estudos Organizacionais , o lugar da agroecologia na luta de classes exige o entendimento de que a gestão do campo não pode ser subjugada à lógica da acumulação e da forma jurídica mercantil . Pelo contrário, deve voltar-se à emancipação plena do trabalhador e à regeneração da vida. Em suma, a luta de classes, a economia política emancipatória e a agroecologia formam uma tríade indissociável, essencial para a defesa inegociável da vida contra a voracidade do capital.

Referências

ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1989.
PACHUKANIS, E. B. **A teoria geral do direito e o marxismo**. São Paulo: Boitempo, 2017.
FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
GLAESER, L. M. Ruptura metabólica: a visão de Marx sobre a desconexão do ser humano com a natureza pelo capitalismo. **Alamedas**, [S. l.], v. 12, n. 3, p. 256–262, 2024. DOI: 10.48075/ra.v12i3.33218. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/alamedas/article/view/33218.
GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
HOLT-GIMÉNEZ, E. **Campesino a Campesino: voces de Latinoamérica y el movimiento Campesino a Campesino para la agricultura sustentable**. Oakland: Food First Books, 2006.
SOSA, B. M. *et al*. **Revolução agroecológica**: o movimento de camponês a camponês da ANAP em Cuba. São Paulo: Expressão Popular, 2011. Disponível em: https://www2.ufjf.br/facssocial/wp-content/uploads/sites/521/2025/05/Revolucaoagroecologica_ligera.pdf. Acesso em: 12 maio 2026.
MARINI, R. M. **Dialéctica de la dependencia**. México: Ediciones Era, 1981.
MARX, Karl. Introdução. In: **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011, pp. 37-64.
MARX, Karl. **O Capital.** São Paulo: Boitempo, 2013.
PACHUKANIS, E. B. **A teoria geral do direito e o marxismo.** São Paulo: Boitempo, 2017.
ROSSET, P. M.; MARTÍNEZ-TORRES, M. E. **A Via Campesina e a Agroecologia.** Revista Nera, 2012.
SAITO, K. **O capital no antropoceno**. São Paulo: Boitempo, 2023.
SHIVA, V. **Monoculturas da mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.